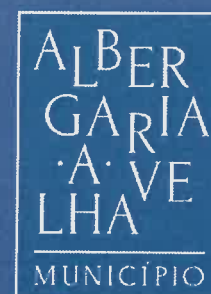

RELATÓRIO E CONTAS CONSOLIDADAS 2021

MUNICÍPIO DE ALBERGARIA-A-VELHA



ÍNDICE



1. RELATÓRIO DE GESTÃO CONSOLIDADO.....	2
1.1. Introdução	3
1.2. Entidades incluídas no perímetro de consolidação	4
1.3. Recursos Humanos	5
2.1 Balanço Consolidado	10
2.2. Demonstração dos resultados por natureza	12
2.3 Demonstração de Fluxos de Caixa Consolidada e Demonstração do Desempenho Orçamental.....	14
2.4 Demonstração Consolidada do Direitos e Obrigações Por Natureza.....	19
2.5 Alterações ao Património Líquido Consolidado	21
3 – Anexo às Demonstrações Financeiras	23
Nota 1 – Entidades incluídas no perímetro de consolidação e outras entidades participadas	23
Nota 2 – Principais Políticas Contabilísticas, Alterações nas Estimativas Contabilísticas e Erros	25
Nota 3 – Ativos Intangíveis.....	27
Nota 4 – Acordos de Concessão de Serviços: concedente.....	28
Nota 5 – Ativos Fixos Tangíveis	28
Nota 7 – Custo dos Empréstimos Obtidos	30
Nota 10 – Inventários	32
Nota 13 – Rendimento de Transações com Contraprestação	33
Nota 14 - Rendimentos de Transações sem Contraprestação	35
Nota 15 – Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes.....	37
Nota 17 - Acontecimentos Após a data de relato	38
Nota 18 Instrumentos Financeiros	39
Nota 19 - Benefícios dos Empregados	41
Nota 27 – Outras Divulgações Complementares à Consolidação	41
4. Proposta de Aplicação dos Resultados Consolidados	44

1. RELATÓRIO DE GESTÃO CONSOLIDADO

1.1. Introdução

O Município de Albergaria-a-Velha, relativamente ao exercício de 2021, apresenta as demonstrações financeiras consolidadas na sequência estabelecida no artigo 75.º do RFALEI – Regime Financeiro das Autarquias Locais e Entidades Intermunicipais, aprovado através da Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro, o qual estabelece que os municípios “apresentam contas consolidadas com as entidades detidas ou participadas”, em relação às entidades controladas ou participação em empresas locais (independentemente da percentagem de participação ou detenção do município).

As demonstrações financeiras consolidadas do Município foram elaboradas de acordo com o Sistema de Normalização contabilística para as Administrações Públicas, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 192/2015 de 11 de setembro (SNC-AP), e foram aplicados os requisitos das Normas de Contabilidade Pública (NCP).

O perímetro de consolidação do Município de Albergaria-a-Velha engloba para além do próprio Município, a Município - Empresa de Cartografia e Sistemas de Informação, EM, S.A, onde é detida uma participação de 0,15%.

Os valores apresentados nos documentos e informações seguintes são em euros e reportam-se à data de 31.12.2021, salvo menção expressa em contrário.

1.2. Entidades incluídas no perímetro de consolidação

O perímetro de consolidação compreende a entidade mãe (município) - a que detém o controlo sobre outras entidades – e as entidades controladas (filhas), a menos que alguma possa (deva) ser excluída ou possa ser dispensada.

Os critérios para dispensa e exclusão são: a dimensão (materialidade); a natureza da atividade; as restrições ao exercício do poder; e a detenção para venda num período próximo.

Para além das situações referidas no parágrafo anterior, determina o RFALEI, no seu art.º 75º (n.º 6), a obrigação de serem ainda consolidadas as empresas locais, detidas pelo município (entidade mãe), independentemente da percentagem de participação ou situação de controlo.

O perímetro de consolidação do Município de Albergaria-a-Velha compreende a:

MUNICÍPIA - EMPRESA DE CARTOGRAFIA E SISTEMAS DE INFORMAÇÃO, EM, S.A

A Município foi constituída em 1999, e integra o Município de Albergaria-a-Velha no ano de 2002.

A sua principal atividade desenvolve-se nas áreas da fotografia aérea, cartografia, cadastro, formação, consultoria e SIG.

Atividades Desenvolvidas e evolução da gestão do conjunto das entidades compreendidas na consolidação

O Município de Albergaria-a-Velha, desenvolve sumariamente as atividades municipais elencadas no artigo 23.º, da Lei 75/2013 e durante o ano de 2020, não desenvolveu qualquer relação comercial ou atividade com a Município - Empresa de Cartografia e Sistemas de Informação, EM, S.A. , qual desenvolve essencialmente a sua atividade nas áreas da fotografia aérea, cartografia, cadastro, formação, consultoria e SIG.

Em 2021, o Município de Albergaria-a-Velha não registou qualquer fluxo financeiro ou económico com Município - Empresa de Cartografia e Sistemas de Informação, EM, S.A..

Atividades do conjunto em matérias que estão diretamente ligadas à atividade autárquica:

Das atividades municipais elencadas no artigo 23º, da Lei 75/2013, de 12 de setembro (diploma que revogou a Lei 159/99, de 14 de setembro) o Município de Albergaria-a-Velha e a entidade incluída no perímetro de consolidação não desempenharam quaisquer atividades em conjunto.

Previsão da evolução futura do conjunto das entidades que compõem o perímetro de consolidação

A previsão da evolução futura da entidade que compõe o perímetro de consolidação será bastante condicionada pela conjuntura económica, não se perspetivando de momento a participação em mais entidades privadas ou pertencentes ao setor local.

Face ao peso relativo da participação do Município de Albergaria-a-Velha na entidade consolidada, e a evolução da mesma não terá efeito materialmente relevante nas contas consolidadas do Município de Albergaria-a-Velha.

1.3. Recursos Humanos

As entidades incluídas no perímetro de consolidação, a 31 de dezembro, contavam com o seguinte conjunto de trabalhadores:

Entidade	N.º Trabalhadores
Município de Albergaria-a-Velha	245
Município - Empresa de Cartografia e Sistemas de Informação, E.M., S.A..	46

Análise económico-financeira

Em síntese analisa-se o balanço e a demonstração de resultados consolidados.

O ativo não corrente incorpora essencialmente os bens do domínio público e privado, e as participações financeiras que não revestem uma perspetiva de transmissibilidade no curto prazo.

O ativo corrente apresenta algumas variações onde se incluem as estimativas dos acréscimos de rendimentos.

O ativo corrente apresenta algumas variações, salientando-se a diminuição de caixa e depósitos com uma variação de -31%, no ativo corrente incluem-se ainda as estimativas dos acréscimos de rendimentos.

No património líquido destaca-se a variação de 117% relativa ao “resultado líquido do período” que passou a positivo, e ainda as variações ocorridas nas “outras variações no património líquido”, essencialmente associada à forma de contabilização, prevista no SNC-AP, das transferências de capital provenientes do orçamento de estado, que passaram a ser reconhecidas nesta conta e posteriormente reconhecidas como rendimentos no mesmo montante das depreciações anuais dos ativos que estas transferências financiaram.

No que concerne ao Passivo, o mesmo aumento 4%, essencialmente pela variação dos diferimentos essencialmente associada aos montantes de subsídios ao investimento a reconhecer no património líquido após a conclusão dos investimentos.

O desenvolvimento do próximo quadro, que aprofunda e estabelece alguma comparabilidade entre balanços (2020 e 2021), tipifica a evolução percentual dos demais elementos patrimoniais.

Evolução do Balanço Consolidado

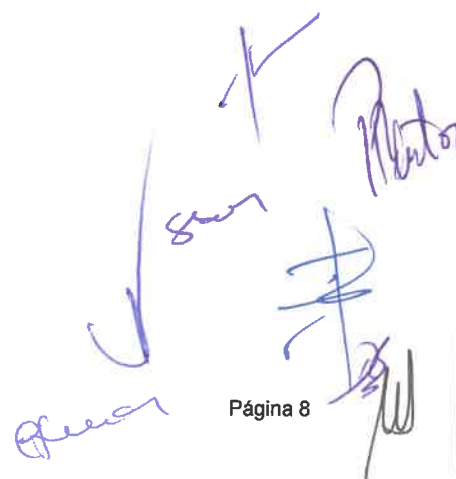
RUBRICAS	31/12/2021	31/12/2020	Variação
Ativo não corrente			
Ativos fixos tangíveis	70 258 242,07	68 318 753,65	3%
Ativos intangíveis	2 047,98	10 978,63	-81%
Participações financeiras	1 904 288,83	1 904 172,75	0%
	72 164 578,88	70 233 905,03	3%
Ativo corrente			
Inventários	59 886,04	61 987,68	-3%
Devedores por transferências e subsídios não reembolsáveis	15 302,50	4 152,49	269%
Clientes, contribuintes e utentes	92 676,71	92 963,52	0%
Estado e outros entes públicos	78 079,31	72 841,43	7%
Outras contas a receber	4 589 942,67	4 361 679,35	5%
Diferimentos	64 231,61	18 018,23	256%
Caixa e depósitos	2 268 097,59	3 286 536,23	-31%
	7 168 216,43	7 898 178,93	-9%
Total do Ativo	79 332 795,31	78 132 083,96	2%
Património Líquido			
Património /Capital	62 130 198,21	62 130 198,21	0%
Reservas	205 420,30	205 420,30	0%
Resultados transitados	-11 234 397,33	-10 980 985,16	2%
Ajustamentos em ativos financeiros	4 616,41	4 555,87	1%
Outras variações no Património Líquido	13 356 101,19	12 513 130,28	7%
Resultado Líquido do período	42 981,89	-253 412,17	-117%
Total do Património Líquido	64 504 920,67	63 618 907,33	1%
Passivo			
Passivo não corrente			
Provisões	156 478,08	156 478,08	0%
Financiamentos obtidos	4 316 697,76	4 116 460,59	5%
Diferimentos	6 819 333,26	6 973 576,90	-2%
Outras contas a pagar	927 658,74	759 629,30	22%
	12 220 167,84	12 006 144,87	2%
Passivo Corrente			
Credores por transferências e subsídios não reembolsáveis concedidos	32,42	20 250,17	-100%
Fornecedores	166 340,84	209 254,91	-21%
Adiantamento de clientes, contribuintes e utentes		40 400,00	-100%
Estado e outros entes públicos	61 843,79	115 504,02	-46%
Financiamentos obtidos	499 100,89	519 945,27	-4%
Fornecedores de investimentos	30 399,23	46 328,20	-34%
Outras contas a pagar	1 419 294,69	1 376 790,16	3%
Diferimentos	430 694,94	178 559,03	141%
	2 607 706,80	2 507 031,76	4%
Total do Passivo	14 827 874,64	14 513 176,63	2%
Total do Património Líquido e Passivo	79 332 795,31	78 132 083,96	2%

A evolução da demonstração de resultados por natureza em 2021, incluindo o ano de 2020, reflete quebra dos rendimentos essencialmente associadas à situação COVID-19, que implicou o encerramento de diversos equipamentos geradores de receita, salientando-se ainda que a forma de imputação a rendimentos do FEF de Capital e de outras receitas previstas no Orçamento de Estado são relevadas em contas do património líquido com eventual imputação parcial e anual a rendimentos, à semelhança dos subsídios de investimento, e que em POICAL (até 2019) eram imputados diretamente a proveitos.

Conforme descrito para a questão dos rendimentos no mesmo sentido encontram-se refletida também a consequente alteração conjuntural ao nível de fornecimentos e bens e serviços face à situação COVID-19, não obstante o crescimento destes custos em consequência da reposição de alguma normalidade dos serviços prestados.

No que concerne aos rendimentos, salienta-se o aumento de 12% dos rendimentos associados a impostos, contribuições e taxas, este aumento deve-se essencialmente aos rendimentos da Derrama do Imposto Municipal sobre a Transmissão de Imóveis, que apresentam um crescimento em contexto da pandemia COVID-19.

No que concerne aos gastos, verifica-se o crescimento de Gastos com Pessoal, essencialmente associado aos reposicionamentos remuneratórios dos trabalhadores, e à prévia adaptação dos serviços ao processo de descentralização de competências.



Página 8

Evolução da Demonstração de resultados consolidados por naturezas do período findo em 31 de dezembro de 2021

RENDIMENTOS E GASTOS	PERÍODOS		Variação
	31/12/2021	31/12/2020	
Impostos, contribuições e taxas	5 896 838,19	5 266 661,56	12%
Vendas	18 479,85	10 502,74	76%
Prestações de serviços e concessões	1 558 041,55	1 560 009,49	0%
Rendimentos / Gastos imputados de entidades controladas, associadas e empreendimentos conjuntos	55,54	-2 470,58	-102%
Transferências e subsídios correntes obtidos	6 617 530,20	6 406 613,89	3%
Variações nos inventários da produção			
Trabalhos para a própria entidade			
Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas	-335 125,53	-381 527,23	-12%
Fornecimentos e serviços externos	-4 767 652,78	-4 016 761,07	19%
Gastos com pessoal	-5 115 988,70	-4 648 540,99	10%
Transferências e subsídios concedidos	-2 100 422,76	-2 230 641,79	-6%
Prestações Sociais			
Imparidade de inventários e ativos biológicos (perdas/reversões)			
Imparidade de dívidas a receber (perdas/reversões)	-3 534,19	-582,09	507%
Provisões (aumentos/reduções)			
Imparidade de investimentos não depreciables/amortizáveis (perdas /reversões)			
Aumentos/reduções de justo valor			
Outros rendimentos	1 219 384,89	1 348 525,53	-10%
Outros gastos	-24 671,31	-531 352,33	-95%
Resultados antes de depreciações e gastos de financiamento	2 962 934,95	2 780 437,13	7%
Gastos/reversões de depreciação e amortização	-2 972 607,20	-3 063 300,85	-3%
Imparidade de investimentos depreciables/amortizáveis (perdas/reversões)			
Resultado operacional (antes de gastos de financiamento)	-9 672,25	-282 863,72	-97%
Juros e rendimentos similares obtidos	73 840,63	54 423,81	36%
Juros e gastos similares suportados	-21 186,49	-24 972,26	-15%
Resultado antes de impostos	42 981,89	-253 412,17	-117%
Imposto sobre o rendimento			
Resultado líquido do período	42 981,89	-253 412,17	-117%
Resultado líquido do período atribuível a:			
Detentores do capital da entidade-mãe			
Interesses que não controlam	42 981,89	-253 412,17	-117%

2.1 Balanço Consolidado

Balanco Consolidado

RUBRICAS	Notas	31/12/2021	31/12/2020
Ativo não corrente			
Ativos fixos tangíveis	3	70 258 242,07	68 318 753,65
Ativos intangíveis	5	2 047,98	10 978,63
Participações financeiras	18	1 904 288,83	1 904 172,75
		72 164 578,88	70 233 905,03
Ativo corrente			
Inventários	10	59 886,04	61 987,68
Devedores por transferências e subsídios não reembolsáveis		15 302,50	4 152,49
Clientes, contribuintes e utentes		92 676,71	92 963,52
Estado e outros entes públicos		78 079,31	72 841,43
Outras contas a receber		4 589 942,67	4 361 679,35
Diferimentos		64 231,61	18 018,23
Caixa e depósitos	1,4	2 268 097,59	3 286 536,23
		7 168 216,43	7 898 178,93
Total do Ativo		79 332 795,31	78 132 083,96
Património Líquido			
Património /Capital		62 130 198,21	62 130 198,21
Reservas		205 420,30	205 420,30
Resultados transitados		-11 234 397,33	-10 980 985,16
Ajustamentos em ativos financeiros		4 616,41	4 555,87
Outras variações no Património Líquido		13 356 101,19	12 513 130,28
Resultado Líquido do período		42 981,89	-253 412,17
Total do Património Líquido		64 504 920,67	63 618 907,33
Passivo			
Passivo não corrente			
Provisões	15	156 478,08	156 478,08
Financiamentos obtidos	7,18	4 316 697,76	4 116 460,59
Diferimentos		6 819 333,26	6 973 576,90
Outras contas a pagar		927 658,74	759 629,30
		12 220 167,84	12 006 144,87
Passivo Corrente			
Credores por transferências e subsídios não reembolsáveis concedidos		32,42	20 250,17
Fornecedores		166 340,84	209 254,91
Adiantamento de clientes, contribuintes e utentes			40 400,00
Estado e outros entes públicos		61 843,79	115 504,02
Financiamentos obtidos	7,18	499 100,89	519 945,27
Fornecedores de investimentos		30 399,23	46 328,20
Outras contas a pagar		1 419 294,69	1 376 790,16
Diferimentos		430 694,94	178 559,03
		2 607 706,80	2 507 031,76
Total do Passivo		14 827 874,64	14 513 176,63
Total do Património Líquido e Passivo		79 332 795,31	78 132 083,96

2.2. Demonstração dos resultados por natureza

Demonstração de resultados consolidados por naturezas do período findo em 31 de dezembro de 2021

RENDIMENTOS E GASTOS	NOTAS	PERÍODOS	
		31/12/2021	31/12/2020
Impostos, contribuições e taxas	13,14	5 896 838,19	5 266 661,56
Vendas	13	18 479,85	10 502,74
Prestações de serviços e concessões	13	1 558 041,55	1 560 009,49
Rendimentos / Gastos imputados de entidades controladas, associadas e empreendimentos conjuntos		55,54	-2 470,58
Transferências e subsídios correntes obtidos	14	6 617 530,20	6 406 613,89
Variações nos inventários da produção			
Trabalhos para a própria entidade			
Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas	10	-335 125,53	-381 527,23
Fornecimentos e serviços externos		-4 767 652,78	-4 016 761,07
Gastos com pessoal		-5 115 988,70	-4 648 540,99
Transferências e subsídios concedidos		-2 100 422,76	-2 230 641,79
Prestações Sociais			
Imparidade de inventários e ativos biológicos (perdas/reversões)			
Imparidade de dívidas a receber (perdas/reversões)		-3 534,19	-582,09
Provisões (aumentos/reduções)			
Imparidade de investimentos não depreciáveis/amortizáveis (perdas / reversões)			
Aumentos/reduções de justo valor			
Outros rendimentos	13,14	1 219 384,89	1 348 525,53
Outros gastos		-24 671,31	-531 352,33
Resultados antes de depreciações e gastos de financiamento		2 962 934,95	2 780 437,13
Gastos/reversões de depreciação e amortização	3,5	-2 972 607,20	-3 063 300,85
Imparidade de investimentos depreciáveis/amortizáveis (perdas/reversões)			
Resultado operacional (antes de gastos de financiamento)		-9 672,25	-282 863,72
Juros e rendimentos similares obtidos	13	73 840,63	54 423,81
Juros e gastos similares suportados		-21 186,49	-24 972,26
Resultado antes de impostos		42 981,89	-253 412,17
Imposto sobre o rendimento			
Resultado líquido do período		42 981,89	-253 412,17
Resultado líquido do período atribuível a:			
Detentores do capital da entidade-mãe			
Interesses que não controlam			
		42 981,89	-253 412,17

2.3 Demonstração de Fluxos de Caixa Consolidada e Demonstração do Desempenho Orçamental

Município de Albergaria-a-Velha			
Demonstração dos fluxos de caixa, do período findo em 31 de Dezembro de 2021			Valores em €
Rubricas	Notas	Períodos	
		31/12/2021	31/12/2020
<u>Fluxos de caixa das atividades operacionais</u>			
Recebimentos de clientes		745 975,60	700 128,70
Recebimentos de contribuintes		5 477 320,91	5 043 262,25
Recebimentos de transferências e subsídios correntes		6 633 470,48	6 380 653,60
Recebimentos de utentes		179 952,93	77 849,49
Pagamentos a fornecedores		-5 021 068,23	-4 595 219,47
Pagamentos ao pessoal		-5 064 133,07	-4 580 254,02
Pagamentos a contribuintes / Utentes			
Pagamentos de transferências e subsídios		-2 307 350,36	-2 101 669,61
Pagamentos de prestações sociais			
Caixa gerada pelas operações		644 168,26	924 750,94
Recebimento do imposto sobre o rendimento			
Pagamento do imposto sobre o rendimento			
Outros recebimentos		390 087,07	204 795,70
Outros pagamentos		-165 597,85	-166 727,19
Fluxos de caixa das atividades operacionais (a)		868 657,48	962 819,45
<u>Fluxos de caixa das atividades de investimento</u>			
Pagamentos respeitantes a:			
Ativos fixos tangíveis		-4 935 536,22	-2 249 902,49
Ativos intangíveis			-6 143,85
Propriedades de investimento			
Investimentos financeiros			-26 526,50
Outros ativos			
Recebimentos provenientes de:			
Ativos fixos tangíveis		161 600,00	257 600,00
Ativos intangíveis			
Propriedades de investimento		733 919,71	735 773,25
Investimentos financeiros			
Outros ativos			
Subsídios ao investimento		691 023,56	204 967,03
Transferências de capital		1 266 971,00	1 141 491,69
Juros e rendimentos similares			
Dividendos		37 509,14	54 423,81
Fluxos de caixa das atividades de investimento (b)		-2 044 512,81	111 682,94
<u>Fluxos de caixa das atividades de financiamento</u>			
Recebimentos provenientes de:			
Financiamentos obtidos		699 340,44	47 010,00
Realizações de capital e de outros instrumentos de capital			
Cobertura de prejuízos			
Doações			
Outras operações de financiamento			
Pagamentos respeitantes a:			
Financiamentos obtidos		-519 947,65	-667 757,47
Juros e gastos similares		-21 976,10	-24 595,54
Dividendos			
Reduções de capital e de outros instrumentos de capital			
Outras operações de financiamento			
Fluxos de caixa das atividades de financiamento (c)		157 416,69	-645 343,01
Variação de caixa e seus equivalentes (a+b+c)		-1 018 438,64	429 159,38
Efeito das diferenças de câmbio			
Caixa e seus equivalentes no início do período		3 286 536,23	2 857 376,85
Caixa e seus equivalentes no fim do período		2 268 097,59	3 286 536,23
CONCILIAÇÃO ENTRE CAIXA E SEUS EQUIVALENTES E SALDO DE GERÊNCIA			
Caixa e seus equivalentes no início do período		3 286 536,23	2 857 376,85
- Equivalentes a caixa no início do período			-738 138,25
+ Parte do saldo de gerência que não constitui equivalentes de caixa			738 138,25
- Variações cambiais de caixa no início do período			
= Saldo da gerência anterior		3 286 536,23	2 857 376,85
De execução orçamental		2 508 031,56	2 122 032,24

Município de Albergaria-a-Velha**Demonstração dos fluxos de caixa, do período findo em 31 de Dezembro de 2021**

Valores em €

Rubricas	Notas	Períodos	
		31/12/2021	31/12/2020
De operações de tesouraria		778 504,67	735 344,61
Caixa e seus equivalentes no fim do período		2 268 097,59	3 286 536,23
- Equivalentes a caixa no fim do período			
+ Parte do saldo de gerência que não constitui equivalentes de caixa			
- Variações cambiais de caixa no fim do período			
= Saldo para a gerência seguinte		2 268 097,59	3 286 536,23
De execução orçamental		1 307 686,96	2 508 031,56
De operações de tesouraria		960 410,63	778 504,67



Município de Albergaria-a-Velha

Demonstração do Desempenho Orçamental

Valores em €

RUBRICA RECEBIMENTOS	FONTES DE FINANCIAMENTO (n)						(n-1)
	RP	RG	UE	EMPR	FUNDOS ALHEIOS	TOTAL	
Saldo da gerência anterior	2 508 031,56	0,00	0,00	0,00	778 504,67	3 286 536,23	2 857 376,85
Operações Orçamentais [1]	2 508 031,56	0,00	0,00	0,00	0,00	2 508 031,56	2 122 032,24
Devolução do saldo oper. Orçamentais	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Operações de tesouraria [A]	0,00	0,00	0,00	0,00	778 504,67	778 504,67	735 344,61
Recebimento do saldo devolvido por terceiras entidades	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Receita corrente	13 839 779,11	0,00	5 835,80	0,00	0,00	13 845 614,91	13 027 680,81
R1 Receita Fiscal	5 477 320,91	0,00	0,00	0,00	0,00	5 477 320,91	5 043 410,25
R1.1 Impostos diretos	5 477 320,91	0,00	0,00	0,00	0,00	5 477 320,91	4 966 861,62
R1.2 Impostos indiretos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	76 548,63
R2 Contribuições para sistemas de proteção social e subsistemas de saúde	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
R3 Taxas, multas e outras penalidades	179 952,93	0,00	0,00	0,00	0,00	179 952,93	77 701,49
R4 Rendimentos de propriedade	771 428,85	0,00	0,00	0,00	0,00	771 428,85	790 197,06
R5 Transferências e subsídios correntes	6 627 634,68	0,00	5 835,80	0,00	0,00	6 633 470,48	6 380 653,60
R5.1 Transferências correntes	6 627 634,68	0,00	5 835,80	0,00	0,00	6 633 470,48	6 380 653,60
R5.1.1 Administrações Públicas	6 613 572,18	0,00	5 835,80	0,00	0,00	6 619 407,98	6 380 653,60
R5.1.1.1 Administração Central - Estado Português	6 563 702,57	0,00	5 835,80	0,00	0,00	6 569 538,37	6 342 463,18
R5.1.1.2 Administração Central - Outras entidades	29 453,41	0,00	0,00	0,00	0,00	29 453,41	17 774,22
R5.1.1.3 Segurança Social	20 416,20	0,00	0,00	0,00	0,00	20 416,20	20 416,20
R5.1.1.4 Administração Regional	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
R5.1.1.5 Administração Local	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
R5.1.2 Exterior - U E	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
R5.1.3 Outras	14 062,50	0,00	0,00	0,00	0,00	14 062,50	0,00
R5.2 Subsídios correntes	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
R6 Venda de bens e serviços	745 975,60	0,00	0,00	0,00	0,00	745 975,60	700 128,70
R7 Outras receitas correntes	37 466,14	0,00	0,00	0,00	0,00	37 466,14	35 589,71
Receita de capital	1 518 888,23	0,00	620 638,88	0,00	0,00	2 139 527,11	1 604 058,72
R8 Venda de bens de investimento	161 600,00	0,00	0,00	0,00	0,00	161 600,00	257 600,00
R9 Transferências e subsídios de capital	1 337 355,68	0,00	620 638,88	0,00	0,00	1 957 994,56	1 346 458,72
R9.1 Transferências de capital	1 337 355,68	0,00	620 638,88	0,00	0,00	1 957 994,56	1 346 458,72
R9.1.1 Administrações Públicas	1 337 355,68	0,00	620 638,88	0,00	0,00	1 957 994,56	1 346 458,72
R9.1.1.1 Administração Central - Estado Português	1 311 971,00	0,00	620 638,88	0,00	0,00	1 932 609,88	1 342 158,03
R9.1.1.2 Administração Central - Outras entidades	25 384,68	0,00	0,00	0,00	0,00	25 384,68	4 300,69
R9.1.1.3 Segurança Social	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
R9.1.1.4 Administração Regional	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
R9.1.1.5 Administração Local	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
R9.1.2 Exterior - U E	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
R9.1.3 Outras	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
R9.2 Subsídios de capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
R10 Outras receitas de capital	19 932,55	0,00	0,00	0,00	0,00	19 932,55	0,00
R11 Reposições não abatidas aos pagamentos	7 240,14	0,00	0,00	0,00	0,00	7 240,14	12 440,94
Receita efetiva [2]	15 365 907,48	0,00	626 474,68	0,00	0,00	15 992 382,16	14 644 180,47
Receita não efetiva [3]	0,00	0,00	0,00	699 340,44	0,00	699 340,44	47 010,00
R12 Receita com ativos financeiros	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
R13 Receita com passivos financeiros	0,00	0,00	0,00	699 340,44	0,00	699 340,44	47 010,00
Soma [4]=[1]+[2]+[3]	17 873 939,04	0,00	626 474,68	699 340,44	0,00	19 199 754,16	16 813 222,71
Operações de tesouraria [B]	0,00	0,00	0,00	0,00	331 838,05	331 838,05	156 802,55

RELATÓRIO E CONTAS CONSOLIDADO 2021 | Município de Albergaria-a-Velha

Município de Albergaria-a-Velha							
Demonstração do Desempenho Orçamental							Valores em €
RUBRICA PAGAMENTOS	FONTES DE FINANCIAMENTO (n)						(n-1)
	RP	RG	UE	EMPR	FUNDOS ALHEIOS	TOTAL	
Despesa corrente	12 060 634,89	0,00	5 835,80	0,00	0,00	12 066 470,69	10 946 984,02
D1 Despesas com o pessoal	5 064 133,07	0,00	0,00	0,00	0,00	5 064 133,07	4 580 254,02
D1.1 Remunerações Cartas e Permanentes	3 849 728,96	0,00	0,00	0,00	0,00	3 849 728,96	3 500 740,16
D1.2 Abonos Variáveis ou Eventuais	108 556,98	0,00	0,00	0,00	0,00	108 556,98	101 451,16
D1.3 Segurança Social	1 105 847,13	0,00	0,00	0,00	0,00	1 105 847,13	978 062,70
D2 Aquisição de bens e serviços	5 021 068,23	0,00	0,00	0,00	0,00	5 021 068,23	4 595 219,47
D3 Juros e outros encargos	21 976,10	0,00	0,00	0,00	0,00	21 976,10	24 595,54
D4 Transferências e subsídios correntes	1 931 401,92	0,00	5 835,80	0,00	0,00	1 937 237,72	1 693 792,79
D4.1 Transferências correntes	1 904 336,42	0,00	5 835,80	0,00	0,00	1 910 172,22	1 662 423,66
D4.1.1 Administrações Públicas	930 888,55	0,00	0,00	0,00	0,00	930 888,55	624 956,91
D4.1.1.1 Administração Central - Estado Português	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
D4.1.1.2 Administração Central - Outras entidades	23 667,29	0,00	0,00	0,00	0,00	23 667,29	21 833,58
D4.1.1.3 Segurança Social	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
D4.1.1.4 Administração Regional	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
D4.1.1.5 Administração Local	907 221,26	0,00	0,00	0,00	0,00	907 221,26	603 123,33
D4.1.2 Entidades do setor não lucrativo	848 240,24	0,00	0,00	0,00	0,00	848 240,24	929 933,35
D4.1.3 Famílias	125 207,63	0,00	5 835,80	0,00	0,00	131 043,43	107 533,40
D4.1.4 Outras	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
D4.2 Subsídios correntes	27 065,50	0,00	0,00	0,00	0,00	27 065,50	31 369,13
D5 Outras despesas correntes	22 055,57	0,00	0,00	0,00	0,00	22 055,57	53 122,20
Despesa de capital	3 985 669,54	0,00	620 638,88	699 340,44	0,00	5 305 648,86	2 663 923,16
D6 Aquisição de bens de capital	3 615 556,90	0,00	620 638,88	699 340,44	0,00	4 935 536,22	2 256 046,34
D7 Transferência e subsídios de capital	370 112,64	0,00	0,00	0,00	0,00	370 112,64	407 876,82
D7.1 Transferências de capital	370 112,64	0,00	0,00	0,00	0,00	370 112,64	407 876,82
D7.1.1 Administrações Públicas	188 419,15	0,00	0,00	0,00	0,00	188 419,15	196 782,48
D7.1.1.1 Administração Central - Estado Português	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
D7.1.1.2 Administração Central - Outras entidades	12 000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	12 000,00	12 500,00
D7.1.1.3 Segurança Social	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
D7.1.1.4 Administração Regional	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
D7.1.1.5 Administração Local	176 419,15	0,00	0,00	0,00	0,00	176 419,15	184 282,48
D7.1.2 Entidades do setor não lucrativo	177 128,05	0,00	0,00	0,00	0,00	177 128,05	162 172,97
D7.1.3 Famílias	4 565,44	0,00	0,00	0,00	0,00	4 565,44	48 921,37
D7.1.4 Outras	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
D7.2 Subsídios de capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
D8 Outras despesas de capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesa efetiva [5]	16 046 304,43	0,00	626 474,68	699 340,44	0,00	17 372 119,55	13 610 907,18
Despesa não efetiva [6]	519 947,65	0,00	0,00	0,00	0,00	519 947,65	694 283,97
D9 Despesa com ativos financeiros	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	26 526,50
D10 Despesa com passivos financeiros	519 947,65	0,00	0,00	0,00	0,00	519 947,65	667 757,47
Soma [7]=[5]+[6]	16 566 252,08	0,00	626 474,68	699 340,44	0,00	17 892 067,20	14 305 191,15
Operações de tesouraria [C]	0,00	0,00	0,00	0,00	149 932,09	149 932,09	113 642,49
Saldo para a gerência seguinte	1 307 686,96	0,00	0,00	0,00	960 410,63	2 268 097,59	3 286 536,23
Operações orçamentais [8] = [4]-[7]	1 307 686,96	0,00	0,00	0,00	0,00	1 307 686,96	2 508 031,56
Operações de tesouraria [D]=[A]+[B]-[C]	0,00	0,00	0,00	0,00	960 410,63	960 410,63	778 504,67
Saldo global [2] - [5]	-680 396,95	0,00	0,00	-699 340,44	0,00	-1 379 737,39	1 033 273,29
Despesa primária	16 024 328,33	0,00	626 474,68	699 340,44	0,00	17 350 143,45	13 586 311,64
Saldo corrente	1 779 144,22	0,00	0,00	0,00	0,00	1 779 144,22	2 080 696,79
Saldo de capital	-2 466 781,31	0,00	0,00	-699 340,44	0,00	-3 166 121,75	-1 059 864,44
Saldo primário	-658 420,85	0,00	0,00	-699 340,44	0,00	-1 357 761,29	1 057 868,83
Receita total [1] + [2] + [3]	17 873 939,04	0,00	626 474,68	699 340,44	0,00	19 199 754,16	16 813 222,71
Despesa total [5] + [6]	16 566 252,08	0,00	626 474,68	699 340,44	0,00	17 892 067,20	14 305 191,15

2.4 Demonstração Consolidada do Direitos e Obrigações Por Natureza

Demonstração Consolidada de Direitos e Obrigações Por Natureza

Rubrica	Liquidações	31/12/2021	31/12/2020	Rubrica	Obrigações	31/12/2021	31/12/2020
	Receitas Correntes	133 552,10	128 888,20		Despesas Corrente	72745,25	173325,61
R011	Impostos Diretos			D01	Despesas Com Pessoal	68357,70	111483,65
R012	Impostos Indiretos			D011	Remunerações Certas e Permanentes	58997,04	53432,40
R013	Taxas, Multas e Outras Penalidades	20,00	10,00	D012	Abonos Variáveis ou Eventuais	4221,51	1148,22
R04	Rendimentos de Propriedade			D013	Segurança social	5139,15	56903,03
R05	Transferências Correntes	15 302,50	4 152,49	D02	Aquisição de Bens e Serviços	4199,84	39093,71
R0511	Administração Central - Estado		2 912,49	D03	Juros e Outros Encargos		
R052	Exterior - EU			D04	Transferências Correntes	187,71	22748,25
R053	Outras	15 302,50	1 240,00	D0411	Administração Central - Estado		
R06	Venda de Bens e Serviços	117 884,81	124 423,24	D0412	Administração Central - Outras Entidades		
R07	Outras Receitas Correntes	344,79	302,47	D0415	Administração Local		
				D042	Instituições sem Fins Lucrativos	0,00	21186,55
	Receita de Capital	456,22	18 920,35	D043	Famílias	187,71	1561,70
R08	Venda de Bens de Investimento			D044	Outras		
R09	Transferências de Capital		18 920,35	D05	Subsídios		
R0911	Administração Central - Estado			D06	Outras Despesas Correntes		
R0912	Administração Central - Outras Entidades						
R093	Outras		18 920,35		Despesas de Capital	2651,94	22325,57
R10	Outras Receitas de Capital	456,22		D07	Investimento	2651,94	22325,57
R11	Reposições Não Abatidas aos Pagamentos			D08	Transferências de Capital		
				D0812	Administração Central - Outras Entidades		
	Receita Efetiva (2)	134 008,32	147 808,55	D0815	Administração Local		
	Receita Não Efetiva (3)			D082	Instituições Sem Fins Lucrativos		
	Receita com Ativos Financeiros			D084	Outras		
	Receita com Passivos Financeiros			D09	Outras Despesas de Capital		
	Receita Total (4) =(1)+(2)+(3)	134 008,32	147 808,55		Despesa Efetiva (5)	75397,19	195651,18
					Despesa Não Efetiva (6)		
				D10	Despesas Com Ativos Financeiros		
				D11	Despesa Com Passivos Financeiro		
					Despesa Total (7) = (5)+(6)	75397,19	195651,18

2.5 Alterações ao Património Líquido Consolidado

Município de Albergaria-a-Velha

Ano: 2021

Descrição	Notas	Capital / Patrimônio Subscrito	Ações (Quotas) Próprias	Outros Instrum. de Capital Próprio	Prêmios de Emissão	Reservas Legais	Resultados Transitados	Ajusta- mentos em Ativos Financeiros	Excedentes de Reva- lorização	Outras Variações Patrimônio Líquido	Resultado Líquido do Período	Total	Interesses que não controlam	Total do Patrimônio Líquido
Posição no início do período	(1)	62 130 198,21	0,00	0,00	0,00	205 420,30	-10 980 985,16	4 555,87	0,00	12 513 130,28	-253 412,17	63 618 907,33	0,00	63 618 907,33
Alterações no período														
Primeira adoção de novo referencial contábilístico		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Alterações de políticas contábilísticas		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Diferenças de conversão de demonstrações financeiras		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Realização do excedente de revalorização		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Excedentes de revalorização e respetivas variações		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Transferências e subsídios de capital		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	844 042,23	0,00	844 042,23	0,00	844 042,23
Correção de erros materiais		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras alterações reconhecidas no Patrimônio Líquido		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	-253 412,17	0,00	0,00	-1 071,32	253 412,17	-1 071,32	0,00	-1 071,32
	(2)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	-253 412,17	0,00	0,00	842 970,91	253 412,17	842 970,91	0,00	842 970,91
Resultado Líquido do Período	(3)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	42 981,89	42 981,89	0,00	42 981,89
Resultado Integral	(4)=(2)+(3)										296 394,06	885 952,80	0,00	885 952,80
Operações com detentores de capital no período														
Realizações de capital/patrimônio		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Entradas para cobertura de perdas		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras operações		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	60,54	0,00	0,00	0,00	60,54	0,00	60,54
Subscrições de prêmios de emissão		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
	(5)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	60,54	0,00	0,00	0,00	60,54	0,00	60,54
Posição fim período	(6)=(1)+(2)+(3)+(5)	62 130 198,21	0,00	0,00	0,00	205 420,30	-11 234 397,33	4 616,41	0,00	13 356 101,19	42 981,89	64 504 920,67	0,00	64 504 920,67

3 – Anexo às Demonstrações Financeiras

Nota 1 – Entidades incluídas no perímetro de consolidação e outras entidades participadas

1.1 – Entidades incluídas na consolidação

Entidade	Sede Social	Atividade Principal	Detentores de Capital	% do capital detido em 2020	Obs.	M.C.
Município de Albergaria-a-Velha	Praça Ferreira Tavares Albergaria-a-Velha	Autarquia Local – As constantes da Lei 75/2013, de 12 de setembro	-	-	a)	
Município - Empresa de Cartografia e Sistemas de Informação, E.M., S.A..	TagusPark, Oeiras	Fotografia Aérea, Cartografia, Cadastro, Formação, Consultoria e SIG.	MAV MUN OUT	0,155%	b)	M.E.P.

a) Entidade-mãe obrigada à elaboração de demonstrações financeiras consolidadas, nos termos do n.º1 do Artigo 75º, da Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro.

b) Entidade detida maioritariamente por Municípios.

MAV – Município de Albergaria-a-Velha

MUN – Outros Municípios

OUT – Outras Entidades

M.C. – Método de Consolidação

M.E.P. – Método de Equivalência Patrimonial.

1.2 – Caracterização das entidades incluídas no perímetro de consolidação

Entidade	Ativo	Passivo	Património Líquido	Resultado do Período
Município de Albergaria-a-Velha	79.332.724,09	14.827.874,64	64.504.849,45	42.926,35
Município - Empresa de Cartografia e Sistemas de Informação, E.M., S.A.	7.074.888,55	3.806.397,59	3.268.490,96	35.881,94

1.3 Entidades Não sujeitas a Consolidação

Entidade	Sede Social	Atividade Principal	% do capital detido pelo Município em 2020	Obs.
ADRA - Águas da Região de Aveiro, S.A.	Travessa Rua da Paz, 4 3800-587 Cacia - Aveiro	Serviço de abastecimento de água e de saneamento	6,37 %	a)
ERSUC - Resíduos Sólidos do Centro, S.A.	Estrada de Trouxemil – Agrada Vale das Raposas 3025-607 Vil de Matos	Tratamento e valorização de resíduos sólidos urbanos do Sistema Multimunicipal do Litoral Centro	1,015 %	b)
ADCL – Águas do Centro Litoral, S.A.	Av. Dr. Luís Albuquerque 3030-410 Coimbra	Promover a conceção da exploração e da gestão do sistema multimunicipal de abastecimento de água e de saneamento do centro litoral de Portugal	0,59 %	a)
Fundo de Apoio Municipal	Praça do Comércio, Ala Oriental 1149 – 015 Lisboa	O FAM é um mecanismo de recuperação financeira dos municípios portugueses, mediante a implementação de medidas de reequilíbrio orçamental, de reestruturação da dívida e, subsidiariamente de assistência financeira.	0,114%	a)
ANMP – Associação Nacional de Municípios Portugueses	Av. Marnoco e Sousa, 52 3004-511 COIMBRA	A ANMP tem como fim geral a promoção, defesa, dignificação e representação do Poder Local	c)	d)
Associação de Municípios do Carvoeiro Vouga	Lugar da Feira Nova, EN 1 3850-200 Albergaria-a-Velha	Sistema de Abastecimento em Alta na região de Aveiro, de água de qualidade para consumo humano	c)	d)
Comunidade Intermunicipal da Região de Aveiro	Rua do Carmo, 20 3800-127 Aveiro	Instituição pública de natureza associativa e âmbito territorial e visa a realização de interesses comuns aos municípios que a integram.	c)	d)
Associação dos Caminhos de Fátima	Av. D. José Alves Correia da Silva 2495-402 FÁTIMA OURÉM	O fomento e a defesa dos Caminhos de Fátima, em todas as suas dimensões, a ajuda ao peregrino e/ou caminhante, a defesa e promoção do património cultural dos Caminhos de Fátima	c)	d)
Federação Portuguesa dos Caminhos de Santiago	Rua Dr. Henrique Ferreira Botelho 5450-027 Vila Pouca de Aguiar	Promoção, divulgação, organização e gestão dos caminhos de Santiago em território nacional	c)	d)

- a) Entidade não prevista no artigo 75.º, da Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro. A percentagem é detida diretamente pelo Município. Entidade com capital detido maioritariamente pelo Estado.
- b) Entidade não prevista no artigo 75.º, da Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro. A percentagem do capital é detida diretamente pelo Município. Entidade com capital detido maioritariamente por privados.
- c) Não aplicável
- d) Entidade não abrangida para efeitos de consolidação, por inexistência dos requisitos previstos no artigo 75.º, da Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro.

Nota 1.4 - Desagregação de caixa e depósitos

Conta	2021	2020
Caixa	4.851,96 €	9 548,50 €
Depósitos à ordem		
Depósitos bancários à ordem	2 263 245,63 €	3 276 987,73 €
Total	2 268 097,59 €	3 286 536,23 €

Nota 2 – Principais Políticas Contabilísticas, Alterações nas Estimativas Contabilísticas e Erros**2.1 Bases de Mensuração**

As demonstrações financeiras foram preparadas de acordo com a NCP 1 – Estrutura e Conteúdo das demonstrações financeiras e são apresentadas em euros.

O euro é a moeda funcional e de apresentação.

Apresentação apropriadas em conformidade com as NCP

As presentes demonstrações financeiras apresentam de forma apropriada a posição financeira, o desempenho financeiro e os fluxos de caixa do Município. Representam de forma fiel os efeitos das transações, outros acontecimentos e condições, de acordo com a definição e critérios de reconhecimento de ativos, passivos, rendimentos e gastos estabelecidos na estrutura conceptual e nas NCP. As derrogações às NCP reportadas anteriormente, não interferem com a posição financeira, em particular com a sua sustentabilidade de curto e médio e longo prazo.

Informação Comparativa

A informação comparativa foi divulgada com respeito ao período anterior para todas as quantias relatadas nas demonstrações financeiras. Na execução das operações no decurso de 2020, e já no âmbito do SNCAP, a promoção da informação comparativa nem sempre é possível, tendo em conta o critério das características da informação financeira custo/benefício, descrito na estrutura conceptual do SNCAP.

Consistência de Apresentação

As demonstrações financeiras estão consistentes de um período para o outro, quer a nível da apresentação (sempre que possível), quer dos movimentos contabilísticos que lhes dão origem,

exceto quando ocorrem alterações significativas na natureza que, nesse caso, estão devidamente identificadas e justificadas neste anexo. Com isto, é proporcionada informação fiável e mais relevante para os demais “stakeholders”.

Materialidade e Agregação

A relevância da informação é afetada pela sua natureza e materialidade. Cada classe material de itens semelhantes é apresentada separadamente nas demonstrações financeiras. Os itens de natureza ou função dissemelhante serão apresentados separadamente, a menos que sejam imateriais. Contudo, neste relato financeiro nada existe a reportar.

Compensação

Devido à importância dos ativos e passivos serem relatados separadamente, assim como os gastos e rendimentos, estes não foram sujeitos a compensações, exceto os que forem exigidos por uma NCP. De referir que em conformidade com o SNCAP, durante o ano de 2020, a devolução de dinheiros decorrentes de pagamentos em duplicado ou em excesso, constituíram na generalidade das situações, um abate à receita e aos rendimentos, e não um processo de despesa tal como sucedia no POCAL.

Continuidade

Observando o teor do art.º 235º e seguintes da Constituição da República Portuguesa, o Município de Albergaria-a-Velha continuará a operar no futuro, assumindo que não há a intenção nem a necessidade, de liquidar ou de reduzir consideravelmente o nível das suas operações. A esta evidência junta-se o processo de descentralização de competências da administração central para os municípios, que trará novos desafios em particular, no setor da educação, saúde e ação social.

2.2 Principais Pressupostos Relativos ao futuro

As demonstrações financeiras foram preparadas no pressuposto da continuidade das operações, a partir dos registos contabilísticos do Município, e mantidos de acordo com os princípios contabilísticos geralmente aceites em Portugal. Os eventos ocorridos após a data do balanço que afetem o valor dos ativos e passivos existentes à data do balanço são considerados na preparação das demonstrações financeiras do período. Esses eventos, se significativos, são divulgados no presente anexo às demonstrações financeiras.

Nota 3 – Ativos Intangíveis**a) Vidas úteis e taxas de amortização**

É aplicado o classificador complementar 2 do plano de contas multidimensional, publicado em Anexo ao Decreto-Lei nº 192/2015, de 11 de setembro.

b) Métodos de Amortização

O método de amortização usado para os ativos intangíveis é o método das quotas constantes (ou da linha reta).

c) Variação das amortizações e perdas por imparidades acumuladas**d) Gastos de Reversões de depreciação e amortização**

Os gastos e reversões de depreciações e amortizações respeitante a ativos intangíveis encontram-se refletidos na linha “Gastos /reversões de depreciação e amortização” da demonstração de resultados por natureza.

e) Quantia escriturada e variações do período

Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2021, ocorreram as seguintes variações.

Município de Albergaria-a-Velha

Ativos intangíveis - variação das amortizações e perdas por imparidades acumuladas

RUBRICAS	Início do período				Final do período			
	Quantia Bruta	Amortizações Acumuladas	Perdas por Imp. Acum.	Quantia escriturada	Quantia Bruta	Amortizações Acumuladas	Perdas por Imp. Acum.	Quantia escriturada
Ativos intangíveis de domínio público, património histórico, artístico e cultural	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Goodwill	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Projetos de desenvolvimento	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Programas de computador e sistemas de informação	396 167,85	385 189,22	0,00	10 978,63	396 167,85	394 119,87	0,00	2 047,98
Propriedade industrial e intelectual	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros	185 777,60	185 777,60	0,00	0,00	185 777,60	185 777,60	0,00	0,00
Ativos intangíveis em curso	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Total:	581 945,45	570 966,82	0,00	10 978,63	581 945,45	579 897,47	0,00	2 047,98

Nota 4 – Acordos de Concessão de Serviços: concedente

Uma das derrogações às normas previstas na NCP 4 (acordos de concessão de serviços: concedente), tem a ver com os acordos de concessão celebrados entre o Município e o concessionário, que carecem de uma interpretação jurídica e da obtenção de informação financeira não disponível, no sentido de determinar se os mesmos estão ao abrigo da NCP 4. Com maior relevância existem as rendas de concessão da rede de iluminação pública, da qual o município usufrui de um rendimento, mas que para o qual não tem um inventário do objeto da concessão. Verifica-se ainda a existência da atribuição inicial associada à criação da sociedade Águas da Região de Aveiro, S.A., o Município de Albergaria-a-Velha teve direito a uma retribuição inicial que ascende a 8.812.684,61 €, relevado na conta de proveitos diferidos.

O contrato de gestão vigora por 50 anos, pelo que o Município já reconheceu proveitos: em anos anteriores no valor de 1.982.854,02 €, e no exercício em apreço 176.253,69 €. Existem rendimentos a reconhecer em exercícios futuros no valor de 6.653.576,90 €. Estes valores poderão estar sujeitos a ajustamentos uma vez que o EVEF da entidade se encontra em reavaliação, pelo que tendo em consideração a informação disponível, nomeadamente, os últimos cenários do EVEF, consideramos prudente manter a atual contabilização de apenas 66,5% da retribuição prevista no EVEF inicial. O Município não detém informação financeira que permita um correto enquadramento do inventário e/ou reconhecimento desta situação no âmbito das normas do SNC-AP.

Nota 5 – Ativos Fixos Tangíveis**5.1 Ativos Fixos Tangíveis Reconhecidos nas demonstrações financeiras**

- a) Os ativos fixos tangíveis adquiridos até 1 de janeiro de 2020, encontram-se registados ao seu custo de aquisição de acordo com os princípios contabilísticos geralmente aceites até aquela data, deduzido das depreciações;

Na transição para o SNCAP os prédios rústicos e urbanos mantiveram a sua valorização original.

Na transição manteve-se o critério de mensuração pelo método do custo para os restantes ativos não correntes.

Os ativos fixos tangíveis adquiridos após 1 de janeiro de 2020 são registados ao custo de aquisição ou produção líquidos, das respetivas depreciações e perdas por imparidade acumuladas (em 2021 não foram incorporados quaisquer trabalhos para a própria entidade).

Os custos subsequentes são incluídos na quantia escriturada do bem ou reconhecidos como ativos separados, conforme apropriado, somente quando é provável que benefícios económicos futuros fluirão para o Município e o custo possa ser mensurado com fiabilidade. Os custos com a manutenção e reparações são reconhecidos como gastos no período em que ocorrem.

b) Método de depreciação usado

As depreciações dos ativos fixos tangíveis são calculadas, após a data em que os bens se encontrem disponíveis para utilização, pelo método da linha reta, em conformidade com o período de vida útil máximo, dado constante no classificador complementar 2 – cadastro e vidas úteis dos ativos fixos tangíveis, intangíveis e propriedades de investimento, do SNCAP.

As despesas de conservação e reparação que não aumentem a vida útil dos ativos nem resultem em benfeitorias ou melhorias significativas nos elementos dos ativos tangíveis foram registadas como gastos do período.

c) Vidas úteis ou taxas de depreciação

As fichas de cadastro atualizadas à data de relato, onde consta, para cada elemento aplicável de ativo tangível, entre outra informação, a respetiva vida útil ou taxa de amortização, bem como a respetiva quantia escriturada líquida.

Ativos Fixos Tangíveis - variação das depreciações e perdas por imparidade acumuladas

Tendo por base o exercício findo em 31 de dezembro de 2021, o movimento ocorrido na quantia escriturada dos ativos tangíveis, bem como nas respetivas depreciações acumuladas e perdas por imparidade acumulada, foi o seguinte:

Ativos fixos tangíveis - variação das depreciações e perdas por imparidades acumuladas

RUBRICAS	Início do período				Final do período			
	Quantia Bruta	Depreciações Acumuladas	Perdas por Imp. Acum.	Quantia escriturada	Quantia Bruta	Depreciações Acumuladas	Perdas por Imp. Acum.	Quantia escriturada
Bens de domínio público, património histórico, artístico e cultural								
Terrenos e recursos naturais	740 673,00	0,00	0,00	740 673,00	760 772,72	0,00	0,00	760 772,72
Edifícios e outras construções	3 757 642,84	2 432 451,95	0,00	1 325 190,89	4 166 205,55	2 613 190,06	0,00	1 553 015,49
Infraestruturas	51 978 929,15	39 750 511,33	0,00	12 228 417,82	52 280 806,97	40 791 884,61	0,00	11 488 922,36
Património histórico, artístico e cultural	50 210,63	0,00	0,00	50 210,63	65 210,63	0,00	0,00	65 210,63
Outros	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Bens de domínio público em curso	428 387,71	0,00	0,00	428 387,71	1 016 406,97	0,00	0,00	1 016 406,97
Ativos fixos em concessão								
Terrenos e recursos naturais	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Edifícios e outras construções	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Infraestruturas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Património histórico, artístico e cultural	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Ativos fixos em concessão em curso	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros ativos fixos tangíveis								
Terrenos e recursos naturais	18 509 341,46	0,00	0,00	18 509 341,46	19 300 409,60	0,00	0,00	19 300 409,60
Edifícios e outras construções	48 712 615,60	17 359 900,47	0,00	31 352 715,13	49 873 891,42	18 612 363,07	0,00	31 261 528,35
Equipamento básico	4 358 122,66	3 088 318,09	0,00	1 269 804,57	4 672 754,13	3 333 953,26	0,00	1 338 800,87
Equipamento de transporte	1 287 082,95	1 112 410,34	0,00	174 672,61	1 288 243,95	1 159 545,98	0,00	128 697,97
Equipamento administrativo	1 439 101,05	1 324 135,11	0,00	114 965,94	1 438 929,20	1 346 190,79	0,00	92 738,41
Equipamentos biológicos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros	2 054 308,71	1 435 346,45	0,00	618 962,26	2 240 289,90	1 585 745,35	0,00	654 544,55
Ativos fixos tangíveis em curso	1 505 411,63	0,00	0,00	1 505 411,63	2 597 194,15	0,00	0,00	2 597 194,15
Total:	134 821 827,39	66 503 073,74	0,00	68 318 753,65	139 701 115,19	69 442 873,12	0,00	70 258 242,07

Nota 7 – Custo dos Empréstimos Obtidos

a) A política contabilística adotada para os custos dos empréstimos obtidos, traduz no reconhecimento como um gasto do período em que são suportados, sendo capitalizados os juros de empréstimos associados a empreitadas de obras públicas enquanto as mesmas se encontrem em curso. De referir que no ano de 2021, concluídos os seguintes procedimentos de contração de empréstimos de médio e longo que obtiverem o competente visto do Tribunal de Contas:

- Financiamento do projeto “Ampliação da Zona Industrial – Aquisição de Terrenos”, até ao montante de 382.200,00 €;
- Financiamento da Obra “Ampliação da Zona Industrial”, até ao montante de 596.093,69 €, não tendo sido utilizado qualquer montante até ao momento;

- Financiamento da obra “Beneficiação de Arruamentos no Concelho”, até ao montante de 400.000,00€, este empréstimo foi utilizado parcialmente em 2021;
- Financiamento do projeto “Regeneração Urbana na Freguesia de Angeja – Aquisição de Terrenos”, até ao montante de 250.000,00 €.

Empréstimos Obtidos de Médio e Longo Prazo	31/12/2021	31/12/2020
Passivo Corrente	499 100,89	519 945,27
Passivo Não Corrente	4 316 697,76	4 116 460,59
Total	4 815 798,65	4 636 405,86

Nota 10 – Inventários

- a) As políticas contabilísticas adotadas na mensuração de inventários, baseou-se no custo médio ponderado, aliás um modelo valorização que se mantém vindo do regime contabilístico POCAL.
- b) A quantia de inventários reconhecidas como gasto do período, releva o gasto referente ao consumo de matérias, primas, subsidiárias e de consumo.

Inventários

Ativo	Quantia bruta	Imparidade acumulada	Quantia recuperável
Mercadorias	41,14		41,14
Matérias-primas, subsidiárias e de consumo	66037,02	6192,12	59844,9
Produtos acabados e intermédios			
Subprodutos, desperdícios, resíduos e refugos			
Produtos e trabalhos em curso			
Total	66078,16	6192,12	59886,04

Inventários: movimentos do período

Rubrica	Quantia escriturada inicial	Movimentos do período							Quantia escriturada final
		Compras Líquidas	Consumos/gastos	Variações nos inventários da produção	Perdas por imparidade	Reversões de perdas por imparidade	Outras reduções de inventários	Outros aumentos de Inventários	
	(1)	(2)	(3)	(4)	(5)	(6)	(7)	(8)	(9)=(1)+(2)-(3)-/(4)-(5)+(6)-(7)+(8)
- Mercadorias	100,54								41,14
- Matérias-primas, subsidiárias e de consumo	61887,14	336447,66	335125,53				3423,77		59844,90
- Produtos acabados e intermédios									
- Subprodutos, desperdícios, resíduos e refugos									
- Produtos e trabalhos em curso									
TOTAL	61987,68	336447,66	335125,53	0	0	0	3423,77	0	59886,04

Nota 13 – Rendimento de Transações com Contraprestação

a) Políticas contabilísticas

Vendas - O rendimento é reconhecido na demonstração de resultados:

- i. Quando os riscos e benefícios inerentes à posse dos ativos são transferidos para o comprador;
- ii. Quando deixa de existir um envolvimento continuado de gestão com grau geralmente associado com a posse;
- iii. Quando o montante dos réditos possa ser fiavelmente quantificado;
- iv. Quando seja provável que os benefícios económicos associados com a transação fluam para o Município;
- v. Quando os custos incorridos ou a incorrer referentes à transação possam ser fiavelmente mensurados

Prestação de Serviços – O rendimento é reconhecido na demonstração de resultados com referência à fase de acabamento da prestação de serviços à data do balanço.

Dividendos – O rendimento poderá ser reconhecido a partir do momento em que é obtida a receita, quando não exista informação sobre os resultados e/ou distribuição de dividendos das entidades participadas, tratando-se obviamente de uma derrogação ao SNCAP, mas que objetivamente não introduz um nível de materialidade substancialmente relevante, que interfira com a caracterização da posição financeira do Município.

Quadro - Rendimentos de Transações Com Contraprestação

Tipo de rendimento	Rendimento do período reconhecido em		Quantias por receber *		Adiantamentos recebidos
	Resultados	Património líquido	Início do período	Final do Período	
Taxas, multas e outras penalidades					
Taxas específicas das autarquias locais	160618,08		10,00	20,00	
Multas e Outras Penalidades	9365,43				
Vendas					
Produtos acabados e intermédios	11704,45		10825,37	1007,13	
Prestação de serviços	6775,40			3912,15	
Serviços Específicos das Autarquias Locais					
Concessões	569922,48		70560,78	80845,48	
Vistorias e ensaios	909694,65				
Serv. Sociais, Recreativos, Culturais e Desporto	8650,00				
Aluguer de Equipamentos	49783,40		27398,01	23310,28	
Outros Serviços	0,00				
Outros Rendimentos e Ganhos	19991,02		15639,08	8809,77	
Rendimentos Suplementares					
Ganhos em inventários	354,37				
Rendimentos em Investimentos não financeiros	275393,37				
Correções Relativas a períodos anteriores	11274,75				
Outros Não Especificados	52977,08		19222,82	801,01	
Juros, dividendos e outros rendimentos similares					
Juros, dividendos e outros rendimentos similares	73840,63				
TOTAL	2160345,11		143656,06	118705,82	

* Inclui IVA quando aplicável.

Nota 14 - Rendimentos de Transações sem Contraprestação**14.1 Divulgação das Classes de Rendimentos Sem Contraprestação**

Os rendimentos provenientes de transações sem contraprestação recebidos no exercício findo de 2021, tem a seguinte decomposição:

Quadro - Rendimentos de Transações Sem Contraprestação

Tipo de rendimento	Rendimento do período reconhecido em		Quantias por receber		Adiantamentos recebidos
	Resultados	Património líquido	Início do período	Final do Período	
Impostos diretos					
Derrama	948183,16				
Imposto municipal sobre imóveis	2844836,86				
Imposto único de circulação	666371,56				
Impostos indiretos					
Impostos Indiretos Específicos das autarquias Locais	5268,60				
Imposto municipal sobre as transmissões onerosas de imóveis	1262194,50				
Transferências e subsídios correntes obtidos					
Estado	6535201,42				
Serviços e Fundos Autónomos	27914,28		2912,49		
Subsídios Correntes	20416,20				
Outros	33998,30		1240,00	15302,50	
Reversões					
De perdas por imparidade	597,17				
De provisões					
Imputação de subsídios e transferências para investimentos	879385,32	844042,23			
Doações		5,10			
TOTAL	13224367,37	844047,33	4152,49	15302,50	

Nota: O montante reconhecido em património líquido refere-se aos subsídios e transferências para investimentos recebidos em 2021 que não foram imputados a resultados.

14.1A Transferências de Capital**Rendimento Reconhecido em Resultados de Transferências Do Orçamento de Estado**

Portaria n.º 189/2016, de 14 de julho - Notas de Enquadramento ao Plano Multidimensional
— Sistema de Normalização Contabilística para as Administrações Públicas

5939 Outras transferências e subsídios de capital

RECEITAS DE CAPITAL (Orçamento de Estado)	Receitas	Rendimento Reconhecido Em Proveitos 2021 - Receitas 2020	
		FEF Capital	Artigo 35.º, n.º 3, Lei 73/2013
Receitas de Capital			
5939111 FEF Capital	532971,00	0,00	35567,08
5939112 Artigo 35.º, n.º 3, da Lei n.º 73/2013	604220,00		
Receitas de Capital 2022		Rendimento Reconhecido Em Proveitos 2021 - Receitas 2021	
		FEF Capital	Artigo 35.º, n.º 3, Lei 73/2013
5939111 FEF Capital	574180,00	333109,46	37003,18
5939112 Artigo 35.º, n.º 3, da Lei n.º 73/2013	692791,00		

Nota 15 – Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes

15.1 As provisões são reconhecidas quando se verifica cumulativamente as seguintes condições:

- i. Exista uma obrigação presente como resultado de um acontecimento passado;
- ii. Seja provável que um exfluxo de recursos que incorpore benefícios económicos será necessário para liquidar a obrigação
- iii. Possa ser efetuada uma estimativa fiável da quantia da obrigação

As provisões resultam de processos judiciais em curso.

Rubricas	Quantia escriturada inicial	Quantia escriturada final
Processos judiciais em curso	156 478,08 €	156 478,08 €
Acidentes de trabalho e doenças profissionais	- €	- €
Matérias ambientais	- €	- €
Contratos onerosos	- €	- €
Reestruturação e reorganização	- €	- €
Outras provisões	- €	- €
Total	156 478,08 €	156 478,08 €

Nota 17 - Acontecimentos Após a data de relato

Após a data de relato de 31 de dezembro de 2021, verificam-se os acontecimentos que não dão lugar a ajustamentos financeiros às peças de relato do ano de 2021, e de consequências incertas que não permitem estimar com fiabilidade o efeito financeiro das mesmas:

- Transferências de competências para os órgãos municipais - A 1 de abril de 2022 iniciou-se a transferência de competências na área da educação para o Município de Albergaria-a-Velha, tendo-se celebrado contratos interadministrativos de delegação de competências nos agrupamentos escolares para diversas situações associadas ao fornecimento de bens e serviços, e sido transferidos mais de 120 colaboradores dos agrupamentos de Albergaria-a-Velha e da Branca para o Município. Na área da saúde, ainda não foi assinado o auto de transferência a que alude a legislação, e não é possível determinar a data efetiva desta transferência bem como o respetivo efeito financeiro da transferência. Relativamente à transferência de competências na área da ação social também se verifica a impossibilidade de prever a data em que ocorrerá essa transferência, bem como os efeitos financeiros da mesma. A transferência de competências do Estado para os órgãos municipais terá um impacto significativo nas futuras demonstrações financeiras e orçamentais do Município, prevendo-se que este impacto estará essencialmente associado às despesas de natureza corrente;

- Guerra na Ucrânia – O marco da guerra da Ucrânia ocorreu a 21 de fevereiro de 2022, este acontecimento terá consequências e efeitos financeiros imprevisíveis como a inflação e as alterações nas cadeias de fornecimentos, prevendo-se nomeadamente que venha a ocorrer: a dilação temporal na execução contratual das empreitadas e de fornecimentos; o aumento de preços contratuais das empreitadas e do fornecimento de bens e serviços; a escassez no fornecimento bens; o aumento dos índices de revisões de preços associados às empreitadas; e o eventual reequilíbrio financeiro de alguns contratos. Este acontecimento terá implicações ao nível das demonstrações financeiras e orçamentais do Município, incluindo o incremento de modificações orçamentais durante o ano de 2022, prevendo-se alterações significativas ao nível da estrutura da despesa corrente do orçamento municipal e da margem de equilíbrio corrente.

Nota 18 Instrumentos Financeiros**18.1 Políticas Contabilísticas e Bases de Mensuração**

Os ativos e passivos financeiros e os instrumentos de património líquido apenas são reconhecidos pelo Município de Albergaria-a-Velha quando esta se torna uma parte das disposições contratuais do mesmo.

Em 31 de dezembro o Município de Albergaria-a-Velha, apresenta o seguinte volume de passivos financeiros:

Empréstimos Obtidos de Médio e Longo Prazo	31/12/2021	31/12/2020
Passivo Corrente	499 100,89	519 945,27
Passivo Não Corrente	4 316 697,76	4 116 460,59
Total	4 815 798,65	4 636 405,86

Em matéria de ativos financeiros, o Município de Albergaria-a-Velha detém as seguintes participações:

Participações em entidades societárias

Entidades / Fundos			Participação no final do exercício			
Denominação	Natureza da entidade	NIPC	Valor subscrito	Data subscrição	%	Valor contabilizado a 31/12/21
ADRA - Águas da Região de Aveiro, S.A.	Sociedade Anónima	509107630	1 114 750,00 €	23/09/2009	6,370%	1 114 750,00 €
ERSUC - Resíduos Sólidos do Centro, S.A.	Sociedade Anónima	503004405	86 305,00 €	05/09/1996	1,015%	41 375,00 €
Município - Empresa de Cartografia e Sistemas de Informação, E.M., S.A.*	Empresa Municipal	504475606	5 009,96 €	15/04/2002	0,150%	4 987,98 €
AdCL - Águas dos Centro Litoral, S.A.	Sociedade Anónima	513606181	237 775,00 €	01/07/2015	0,590%	265 627,63 €
Fundo de Apoio Municipal		513319182	477 477,00 €	25/08/2014	0,110%	477 477,00 €

*(Informação do valor contabilizado ao custo na conta individual do Município) (Valor da Município Consolidado 5.059,20€)

O Município além dos ativos financeiros acima mencionados tem participação nas seguintes entidades não societárias:

Participações em entidades não societárias

Entidades / Fundos			Participação no final do exercício			
Denominação	Natureza da entidade	NIPC	Valor subscrito*	Data subscrição	%	Valor contabilizado a 31/12/20**
ANMP - Associação Nacional de Municípios Portugueses	Associação de Municípios	501627413	N/A*	22/02/1985	N/A*	4 930,10 €
Associação de Municípios do Carveiro - Vouga	Associação de Municípios	501816267	N/A*	22/10/1986	N/A*	- €
Comunidade Intermunicipal da Região de Aveiro	Comunidade Intermunicipal	508771935	N/A*	01/01/2014	N/A*	22 521,00 €
ACF - Associação Caminhos de Fátima	Associação Privado	513836250	N/A*	12/02/2016	N/A*	4 178,40 €
FPDCS - Federação Portuguesa do Caminho de Santiago	Associação Privado	515645478	N/A*	17/05/2019	N/A*	500,00 €

* N/A - Não Aplicável

** Valor da quota

Nota 19 - Benefícios dos Empregados**Benefícios Definidos**

Os benefícios de empregados de curto prazo incluem salários, ordenados, subsídio de refeição, subsídio de férias e de Natal e quaisquer outras retribuições definidas na lei, ou pelo órgão executivo.

Todo o pessoal ao serviço no Município de Albergaria-a-Velha foi remunerado de acordo com as suas funções durante o exercício. As obrigações decorrentes dos benefícios de curto prazo são reconhecidas como gastos no período em que o trabalho é prestado, numa base não descontada por contrapartida do reconhecimento de um passivo que se extingue com o respetivo pagamento.

De acordo com a legislação laboral aplicável, o direito a férias subsídio de férias relativo ao período, por este coincidir com o ano civil, vence-se em 31 de dezembro de cada ano, sendo somente pago durante o período seguinte, pelo que os gastos correspondentes estão reconhecidos como benefícios de curto prazo e tratados de acordo com o anteriormente referido.

Nota 27 – Outras Divulgações Complementares à Consolidação

Considerando que a participação detida pelo Município na entidade sujeita a consolidação é inferior a 50%, foi adotado o método de equivalência patrimonial para determinar o valor do investimento financeiro.

Não existiram quais fluxos financeiros entre a Município - Empresa de Cartografia e Sistemas de Informação, EM, S.A. e o Município de Albergaria-a-Velha

As participações do Município de Albergaria-a-Velha na entidade consolidada encontram-se registada a custo de aquisição nas contas individuais do Município.

Tendo-se utilizado o método da equivalência patrimonial para efeitos de consolidação com a entidade do perímetro, estão registadas as respetivas variações patrimoniais, incluindo-se os resultados transitados, o resultado líquido do exercício, e as transferências para equilíbrio de resultados da seguinte forma.

Entidade	Investimento Financeiro (Contas Individuais – Município)	Ajustamentos (MEP) Acumulado	Investimentos Financeiros (Consolidado)
Município - Empresa de Cartografia e Sistemas de Informação, E.M., S.A..	4.987,98 €	71,22 €	5.059,20 €

No ano de 2021, a aplicação do MEP traduziu-se nos seguintes ajustamentos aumento do investimento financeiro em 116,08 €, por contrapartida de 55,54 € de ganhos relativos a resultados e 60,54 € em ajustamentos em ativos financeiros.

Nos anos anteriores foram efetuados os seguintes ajustamentos através da aplicação do método de equivalência patrimonial:

No ano de 2020, os ajustamentos efetuados pelo MEP foram de -21,37 ao investimento financeiro, por contrapartida de 2470,58 € relevados em gastos e 2.449,21 € em ajustamentos em ativos financeiros.

No ano de 2019, no cálculo dos ajustamentos pela aplicação do método da equivalência patrimonial e atendendo aos princípios contabilísticos a observar na elaboração das demonstrações financeiras consolidadas, o total dos ajustamentos no capital, em função da percentagem de participação do Município, foram registados nas contas: ajustamentos de capital em empresas (-49,53 €), e custos em entidades participadas (160,43€).

A WRC, foi extinta e liquidada em 2018, pelo que se procedeu ao abate contabilístico desse investimento financeiro, após o reajustamento obtido em anos anteriores, por contrapartida da conta ajustamentos de capital em empresas face aplicação do método de equivalência patrimonial (428,32 €). Em 2018, no cálculo dos ajustamentos pela aplicação do método da equivalência patrimonial e atendendo aos princípios contabilísticos a observar na elaboração das demonstrações financeiras consolidadas, o total dos ajustamentos no capital, em função da percentagem de participação do Município, foram registados na conta ganhos em entidades participadas (9,43€).

No ano de 2017, no cálculo dos ajustamentos pela aplicação do método da equivalência patrimonial e atendendo aos princípios contabilísticos a observar na elaboração das demonstrações financeiras consolidadas, o total dos ajustamentos no capital, em função da percentagem de participação do Município, foram registados nas contas: ajustamentos de capital em empresas (26,59€), ganhos em entidades participadas (15,36€), e custos em entidades participadas (1.373,54€).

Em 2016, e após consolidação/eliminação dos dividendos (53,17 €) relativos às contas do ano de 2015 da Município - Empresa de Cartografia e Sistemas de Informação, EM, S.A., no cálculo dos ajustamentos pela aplicação do método da equivalência patrimonial e atendendo aos princípios contabilísticos a observar na elaboração das demonstrações financeiras consolidadas, o total dos ajustamentos no capital, em função da percentagem de participação do Município, foram registados nas contas: ajustamentos de capital em empresas (410,75), ganhos em entidades participadas (12,39€).

Em 2015, e após consolidação/eliminação da transferência financeira (1.914,44€) para equilíbrio de contas do ano de 2013 da Município - Empresa de Cartografia e Sistemas de Informação, EM, S.A., no cálculo dos ajustamentos pela aplicação do método da equivalência patrimonial e atendendo aos princípios contabilísticos a observar na elaboração das demonstrações financeiras consolidadas, o total dos ajustamentos no capital, em função da percentagem de participação do Município, foram registados nas contas: ajustamentos de capital em empresas (-1.933,62€), incluindo a consolidação da transferências financeira referida, ganhos em entidades participadas (54,72€) e custos em entidades participadas (718,03€).

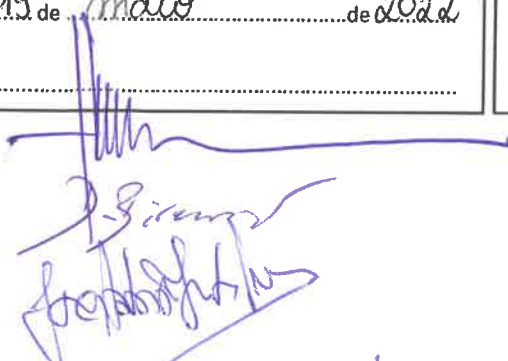
Em 2014, no cálculo dos ajustamentos pela aplicação do método da equivalência patrimonial e atendendo aos princípios contabilísticos a observar na elaboração das demonstrações financeiras consolidadas, o total dos ajustamentos no capital, em função da percentagem de participação do Município, foram registados nas contas: ajustamentos de capital em empresas (4.080,81€) resultados transitados (-7.596,72€), ganhos em entidades participadas (56,79€) e custos em entidades participadas (79,59€).

Assim para efeitos de consolidação verificaram-se os seguintes ajustamentos entre 2014 e 2021 ao investimento financeiro atual (Município):

Entidade	Investimentos Financeiro (Contas Individuais – Município)	Ajustamentos (MEP)								Investiment os Financieros (Consolidad os 2021)
		2014	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021	
Município - Empresa de Cartografia e Sistemas de Informação, E.M., S.A..	4.987,98 €	147,10 €	54,62 €	-40,02 €	15,34 €	9,43 €	-209,96 €	-21,37 €	116,08 €	5 059,20 €

4. Proposta de Aplicação dos Resultados Consolidados

Sobre a proposta de aplicação dos resultados de 2021 na ausência de qualquer diretriz específica sobre esta matéria no SNC-AP, e considerando que o ponto 2.7.3 (Resultado Líquido do Exercício) do POCAL foi revogado pelo citado diploma, a presente proposta de aplicação do resultado líquido do exercício, no montante de **42.981,89 €**, é que o mesmo seja transitado para a conta de resultados atribuídos de períodos anteriores.

ORGÃO EXECUTIVO	ORGÃO DELIBERATIVO
Em 19 de maio de 2022	Em..... de de
	

João Victor



CERTIFICAÇÃO LEGAL DAS CONTAS*

RELATO SOBRE A AUDITORIA DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS

Opinião com reservas

Auditámos as demonstrações financeiras consolidadas anexas do **Município de Albergaria-a-Velha** (o Grupo), que compreendem balanço consolidado em 31 de dezembro de 2021 (que evidencia um total de 79.332.795 euros e um total de património líquido de 64.504.921 euros, incluindo um resultado de 42.982 euros), a demonstração de resultados consolidada e a demonstração dos fluxos de caixa consolidada, relativos ao ano findo naquela data, e o anexo às demonstrações financeiras consolidadas, que incluem um resumo das políticas contabilísticas significativas.

Em nossa opinião, exceto quanto aos possíveis efeitos descritos no primeiro e segundo parágrafo da matéria referida na secção “Bases para a opinião com reservas”, as demonstrações financeiras consolidadas anexas apresentam de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspetos materiais, a posição financeira consolidada do **Município de Albergaria-a-Velha** em trinta e um de dezembro de dois mil e vinte, o seu desempenho financeiro e fluxos de caixa consolidados relativos ao ano findo naquela data de acordo com o Sistema de Normalização Contabilística para as Administrações Públicas (SNC-AP).

Bases para a opinião com reservas

O Município possui mapas de inventário dos bens do seu ativo fixo tangível, elaborados de acordo com o previsto, no Classificador Complementar do plano de contas multidimensional, publicado em anexo ao Decreto-Lei nº 192/2015, de 11 de setembro. No entanto, dada a dimensão, natureza e complexidade da avaliação e inventariação do património do Município, não está assegurado que este inclua de forma inequívoca e pelos valores adequados os terrenos e recursos naturais, edifícios e outras construções e infraestruturas, não sendo possível concluir quanto às asserções da plenitude, titularidade e valorização, e por consequência ao seu impacto no ativo, património líquido e resultado do exercício.

Conforme referido na nota 4 do Anexo, o Município, no âmbito do contrato de gestão celebrado com a Águas da Região de Aveiro, S.A., recebeu 8.812.685 euros, correspondente a 66,5% do valor da retribuição total calculada com base no Estudo de Viabilidade Económico e Financeiro (EVEF) inicial. O Município tem vindo a reconhecer estes rendimentos, de forma linear, ao longo do tempo do contrato, 176.253,69€ no exercício de 2021, existindo rendimentos a reconhecer no montante de 6.653.576,90€. Face ao desconhecimento das revisões obrigatórias do EVEF, bem como de informação necessária ao correto reconhecimento e mensuração do ativo de concessão, nos termos exigidos pelo SNC-AP, não nos é possível concluir sobre a adequabilidade da contabilização desta concessão, nem sobre os eventuais impactos no ativo, património líquido e resultado do exercício.



Handwritten signatures and initials in blue ink.



A nossa auditoria foi efetuada de acordo com as Normas Internacionais de Auditoria (ISA) e demais normas e orientações técnicas e éticas da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas. As nossas responsabilidades nos termos dessas normas estão descritas na secção “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras consolidadas” abaixo. Somos independentes da Entidade nos termos da lei e cumprimos os demais requisitos éticos nos termos do código de ética da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas.

Estamos convictos de que a prova de auditoria que obtivemos é suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião.

Ênfase

Conforme referido na nota 15 do Anexo, encontram-se constituídas provisões para riscos e encargos, no montante de 156.478 euros, que se destinam a fazer face a processos judiciais em curso. O resultado destes processos vai depender de prova a produzir em julgamento e das sentenças que vierem a ser proferidas, concluindo-se que os créditos reclamados assumem a natureza de litígios de valor incerto, pelo que, à presente data, não é possível antecipar quais poderão vir a ser os resultados destas situações e os seus eventuais impactos, nas Demonstrações Financeiras consolidadas.

A nossa opinião não é modificada em relação a estas matérias.

Responsabilidades do órgão de executivo pelas demonstrações financeiras consolidadas

O órgão de executivo é responsável pela:

- Preparação de demonstrações financeiras consolidadas que apresentem de forma verdadeira e apropriada a posição financeira, o desempenho financeiro e os fluxos de caixa da Entidade de acordo com o SNC-AP;
- Elaboração do relatório de gestão nos termos legais e regulamentares aplicáveis;
- Criação e manutenção de um sistema de controlo interno apropriado para permitir a preparação de demonstrações financeiras isentas de distorção material devido a fraude ou erro;
- Adoção de políticas e critérios contabilísticos adequados nas circunstâncias; e
- Avaliação da capacidade da Entidade de se manter em continuidade, divulgando, quando aplicável, as matérias que possam suscitar dúvidas significativas sobre a continuidade das atividades.





Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras consolidadas

A nossa responsabilidade consiste em obter segurança razoável sobre se as demonstrações financeiras consolidadas como um todo estão isentas de distorções materiais devido a fraude ou erro, e emitir um relatório onde conste a nossa opinião. Segurança razoável é um nível elevado de segurança, mas não é uma garantia de que uma auditoria executada de acordo com as ISA detetará sempre uma distorção material quando exista. As distorções podem ter origem em fraude ou erro e são consideradas materiais se, isoladas ou conjuntamente, se possa razoavelmente esperar que influenciem decisões económicas dos utilizadores tomadas com base nessas demonstrações financeiras consolidadas.

Como parte de uma auditoria de acordo com as ISA, fazemos julgamentos profissionais e mantemos ceticismo profissional durante a auditoria e também:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção material das demonstrações financeiras, devido a fraude ou a erro, concebemos e executamos procedimentos de auditoria que respondam a esses riscos, e obtemos prova de auditoria que seja suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião. O risco de não detetar uma distorção material devido a fraude é maior do que o risco de não detetar uma distorção material devido a erro, dado que a fraude pode envolver conluio, falsificação, omissões intencionais, falsas declarações ou sobreposição ao controlo interno;
- Obtemos uma compreensão do controlo interno relevante para a auditoria com o objetivo de conceber procedimentos de auditoria que sejam apropriados nas circunstâncias, mas não para expressar uma opinião sobre a eficácia do controlo interno da Entidade;
- Avaliamos a adequação das políticas contabilísticas usadas e a razoabilidade das estimativas contabilísticas e respetivas divulgações feitas pelo órgão de gestão;
- Concluimos sobre a apropriação do uso, pelo órgão executivo, do pressuposto da continuidade e, com base na prova de auditoria obtida, se existe qualquer incerteza material relacionada com acontecimentos ou condições que possam suscitar dúvidas significativas sobre a capacidade da Entidade para dar continuidade às suas atividades. Se concluirmos que existe uma incerteza material, devemos chamar a atenção no nosso relatório para as divulgações relacionadas incluídas nas demonstrações financeiras ou, caso essas divulgações não sejam adequadas, modificar a nossa opinião. As nossas conclusões são baseadas na prova de auditoria obtida até à data do nosso relatório. Porém, acontecimentos ou condições futuras podem levar a que a Entidade descontinue as suas atividades;
- Avaliamos a apresentação, estrutura e conteúdo global das demonstrações financeiras, incluindo as divulgações, e se essas demonstrações financeiras representam as transações e acontecimentos subjacentes de forma a atingir uma apresentação apropriada;





- Comunicamos com o órgão executivo, entre outros assuntos, o âmbito e o calendário planeado da auditoria, e as conclusões significativas da auditoria incluindo qualquer deficiência significativa de controlo interno identificado durante a auditoria.

A nossa responsabilidade inclui ainda a verificação da concordância da informação constante do relatório de gestão com as demonstrações financeiras consolidadas.

RELATO SOBRE OUTROS REQUISITOS LEGAIS E REGULAMENTARES

Sobre as demonstrações orçamentais consolidadas

Auditamos as demonstrações orçamentais anexas do Grupo que compreendem a demonstração consolidada do desempenho orçamental, e a demonstração consolidada de direitos e obrigações por relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2020.

O Órgão executivo é responsável pela preparação e aprovação das demonstrações orçamentais no âmbito da prestação de contas do Grupo. A nossa responsabilidade consiste em verificar que foram cumpridos os requisitos de contabilização e relato previstos na Norma de Contabilidade Pública (NCP) 26 do Sistema de Normalização Contabilística para as Administrações Públicas.

Em nossa opinião, as demonstrações orçamentais anexas estão preparadas, em todos os aspetos materiais, de acordo com a NCP 26 do Sistema de Normalização Contabilística para as Administrações Públicas.

Sobre o relatório de gestão consolidado

Em nossa opinião, exceto quanto aos possíveis efeitos da matéria referida na secção “Bases para a opinião com reservas” do Relato sobre a auditoria das demonstrações financeiras, o relatório consolidado de gestão foi preparado de acordo com as leis e regulamentos aplicáveis em vigor e a informação nele constante é coerente com as demonstrações financeiras consolidadas auditadas e demonstrações orçamentais, não tendo sido identificadas incorreções materiais.

Porto, __ de maio de 2022

PALM – Pereira, Almeida, Linhares, Monteiro & Associados, SROC, Lda
Representada por:

Helder Manuel Martins Pereira

Registado sob os n.ºs 1222 na OROC e 20160833 na CMVM

*** A presente CERTIFICAÇÃO LEGAL DAS CONTAS, corresponde ao seu projeto final, tornando-se em versão definitiva no momento da aprovação das contas pela Câmara Municipal (no exercício das competências estabelecidas na alínea i), n.º 1, art.º 33.º, da Lei n.º 75/2013, de 12 de Setembro), na versão correspondente à minuta final das demonstrações financeiras consolidadas que nos foram apresentadas para procedermos à sua Revisão.**



geral@palm.pt
www.palm.pt

tel: +351 226 009 032
fax: +351 226 069 102

Rua de Júlio Dinis, 247, 6.º piso, sala 611
4050-324 Porto

Inscrita na OROC sob o n.º 295
e na CMVM sob o n.º 2016154